



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 2013 E 2012

Sumário

Relatório dos auditores independentes	2
Demonstrações contábeis	4
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012	9

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários de Fátima, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3529-9150
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores do
Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit/ déficit, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 tem até o ano de 2023 como prazo final de encerramento das suas atividades, como consequência, na avaliação e registro de seus ativos e passivos, a referida descontinuidade das operações está sendo refletida adequadamente nas demonstrações contábeis da Entidade, para que no encerramento das suas operações, previstas no Estatuto, todos e quaisquer ajustes decorrentes desse encerramento estejam adequadamente contabilizados, de forma que a Entidade realize seus ativos e efetue a liquidação de seus passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, com período de término de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência deste assunto.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2014.

Ana Cristina Linhares Areosa

Contadora CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	Notas	2013	2012
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.520.036	239.133
Contas a receber	4	13.921.268	11.779.795
Adiantamentos	-	1.750.174	2.131.440
Despesas antecipadas	-	262.635	187.944
Outras contas a receber	-	276.755	317.152
Total do ativo circulante		26.730.868	14.655.464
Ativo não circulante			
Aplicação financeira	3	6.357.970	-
Contas a receber	4	277.971.806	69.453.581
Adiantamentos	-	2.850.542	1.116.220
Despesas antecipadas	-	704.269	751.777
		287.884.587	71.321.578
Imobilizado	5	8,987,941	4,154,355
Intangível	6	14,070,605	17,969,602
		23,058,546	22,123,957
Total do ativo não circulante		310.943.133	93.445.535
Total do ativo		337.674.001	108.100.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO

	Notas	2013	2012
Passivo circulante			
Empréstimos	7	72.681.963	4.350.486
Fornecedores	8	17.754.451	8.603.604
Contas a pagar	9	6.789.550	30.281.764
Direitos de marketing	10	59.130.420	28.910.557
Impostos e taxas a recolher	11	3.336.747	1.997.594
Contribuições sociais a recolher	11	1.855.660	2.159.548
Provisões trabalhistas	12	7.970.336	5.680.054
Adiantamento de patrocinadores	13	103.466.151	11.964.067
Total do passivo circulante		272.985.278	93.947.674
Passivo não circulante			
Empréstimos	7	-	61.305.000
Contas a pagar	9	9.417.132	13.977.540
Direitos de marketing	10	4.924.832	3.964.579
Provisões trabalhistas	12	12.362.820	3.470.174
Adiantamento de patrocinadores	13	89.853.618	81.200.000
Total do passivo não circulante		116.558.402	163.917.293
Passivo a descoberto			
Fundo patrimonial	-	10,000	10,000
Déficit acumulado	-	(51.879.679)	(149.773.968)
		(51.869.679)	(149.763.968)
Total do passivo e passivo a descoberto		337.674.001	108.100.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Demonstrações do superávit (déficit) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em reais)

	Notas	2013	2012 (Reclassificado)
Receita de atividades operacionais	15	474.963.033	201.358.766
Despesas operacionais			
Direitos de marketing	15	(80.867.517)	(35.676.260)
Despesas com pessoal	16	(113.290.652)	(76.866.695)
Provisão para dissolução trabalhista	12	(2.534.301)	(2.153.847)
Despesas gerais e administrativas	17	(164.059.088)	(82.158.078)
Despesas com propaganda e publicidade	-	(2.990.084)	(4.253.164)
Despesas com eventos	18	(7.418.547)	(58.546.988)
Impostos e taxas	-	(135.650)	(5.676.269)
Despesas com depreciação e amortização	-	(5.937.699)	(4.434.308)
Outras receitas	-	-	2.529
Superávit/(déficit) antes do resultado financeiro		97.729.495	(68.404.314)
Resultado financeiro líquido	19	164.794	(22.232.895)
Superávit/(déficit) do exercício		97.894.289	(90.637.209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit/(déficit) - acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.000	(59.136.759)	(59.126.759)
Déficit do exercício	-	(90.637.209)	(90.637.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.000	(149.773.968)	(149.763.968)
Superávit do exercício	-	97.894.289	97.894.289
Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.000	(51.879.679)	(51.869.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(déficit) do exercício	97.894.289	(90.637.209)
Depreciações e amortizações	5.937.699	4.434.308
Provisões trabalhistas	11.182.928	4.283.279
Perda na baixa de bens imobilizados	105,075	-
Variação cambial não realizada	8.945.790	12.805.103
	124.065.781	(69.114.519)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(210.580.684)	(29.390.744)
Adiantamentos	(1.353.056)	(2.131.440)
Despesa antecipada	(27.183)	187.944
Outras contas a receber	40.398	(1.216.925)
Impostos e taxas a recolher	1.339.153	651.488
Contribuições sociais a recolher	(303.889)	1.201.614
Fornecedores	9.150.847	4.499.545
Direitos de marketing	31.180.115	17.190.521
Adiantamento de patrocinadores	100.155.702	93.164.067
Contas a pagar	(28.052.622)	8.486.668
	(98.451.219)	92.642.738
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	25.614.562	23.528.219
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento no imobilizado e ativo intangível	(6.977.363)	(4.507.331)
	(6.977.363)	(4.507.331)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aplicações financeiras	(6.357.970)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	(20.504.163)
Pagamento de juros	(1.998.326)	-
	(8.356.296)	(20.504.163)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.280.903	(1.483.275)
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	239.133	1.722.408
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.520.036	239.133
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.280.903	(1.483.275)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (denominado Entidade) foi constituído em 08 de abril de 2010, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Ulisses Guimarães, nº 2.016 - Cidade Nova.

A Entidade atua como uma sociedade civil de direito privado, com natureza desportiva, sem fins lucrativos e tem como atividade preponderante a promoção, organização e realização, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, bem como nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Salvador, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, respectivamente, os Jogos Olímpicos, no período compreendido entre os dias 05 e 21 de agosto de 2016, e na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, os Jogos Paralímpicos, no período compreendido entre os dias 07 e 18 de setembro de 2016, cumprindo o disposto nos instrumentos contratuais denominados Host City Contract, Marketing Program Agreement e Joint Marketing Program Agreement, referidos no Artigo 1º, na Carta Olímpica, respeitadas, também, quando aplicáveis, as disposições estatutárias, regimentais e normativas, do Comitê Olímpico Internacional (COI), do Comitê Paralímpico Internacional (CPI), da World Antidoping Agency, e o disposto no estatuto do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

As pessoas jurídicas que integram a Entidade como associados são, além do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), as Confederações Brasileiras Dirigentes dos Esportes Olímpicos, desde que suas respectivas modalidades estejam incluídas no programa dos Jogos Olímpicos de 2016 e filiadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), as quais estejam, também, filiadas às respectivas Federações Internacionais e desde que as ditas Entidades nacionais manifestem expressa intenção de associação.

Os órgãos deliberativos da Entidade são os seguintes:

- a) Assembleia Geral
- b) Diretoria Estatutária
- c) Conselho Executivo
- d) Conselho Fiscal
- e) Conselho de Honra

O Conselho Executivo da Entidade, formado nos exatos termos do que dispõe a cláusula 2ª, do contrato denominado Host City Contract, referido no Artigo 1º, será integrado pelo presidente da Entidade, pelos membros brasileiros, de qualquer categoria, integrantes do Comitê Olímpico Internacional, atualmente o Dr. Carlos Arthur Nuzman e o Dr. João Havelange, pelo Secretário-Geral do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ou pelo seu representante, indicado em substituição pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), como previsto no § 3º, Artigo 28, por um representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) indicado por seu presidente, por um atleta Olímpico indicado pelo Conselho Executivo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), por um representante do Município do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, por um representante do estado do Rio de Janeiro, indicado pelo Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro e um representante do Ministério do Esporte, indicado pelo Sr. Ministro do Esporte, todos com mandato único, pelo prazo de duração da Entidade, previsto no Artigo 2º.

Dentre as tarefas pertinentes ao Comitê, a fim de atingir seu objetivo final, destacam-se as seguintes:

- a) Promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro, eventos esportivos com a participação de atletas brasileiros e/ou estrangeiros ou outros de qualquer natureza, inclusive eventos-teste e preparatórios para os Jogos Olímpicos e paralímpicos de 2016;
- b) Promover, organizar e realizar, em qualquer cidade do território brasileiro no período que anteceder aos Jogos Olímpicos e paralímpicos de 2016, eventos de qualquer natureza, desportivos ou não, cujos direitos serão comercializados de forma independente, respeitados os direitos de terceiros, contratados com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e/ou com a Entidade, incluído, mas não limitado, o revezamento da tocha olímpica, programa cultural, eventos-teste e preparatórios, relacionados aos mesmos Jogos;
- c) Relacionar-se com os órgãos da administração pública federal, estadual e/ou municipal, sociedades de economia mista, entidades públicas e/ou autarquias, entidades privadas e pessoas físicas;
- d) Contratar com as pessoas referidas na letra c acima e/ou com quaisquer outras, a realização de obras, a prestação de serviços e a aquisição de bens de toda natureza, móveis e imóveis, bem como o repasse de recursos mediante celebração dos respectivos convênios e contratos;
- e) Licenciatar, dentro do território brasileiro, a utilização das marcas de sua titularidade, registradas nos organismos nacionais competentes e/ou marcas cuja titularidade lhe for cedida e/ou quaisquer outros direitos dos quais seja, por qualquer forma, titular, de modo a gerar receitas.

As operações da Entidade diretamente ligadas aos Jogos têm previsão de encerramento até 31 de dezembro de 2016, sendo que, de acordo com o estatuto social, a mesma tem como prazo final de duração a data de 31 de dezembro de 2023, sendo que este prazo poderá ser antecipado mediante proposta do presidente da Entidade, a qual será submetida ao exame e a deliberação da Assembleia Geral.

As demonstrações contábeis da Entidade foram aprovadas na reunião da diretoria realizada em 23 de janeiro de 2014.

As demonstrações contábeis apresentam em 31 de dezembro de 2013, uma relação de passivos circulantes superiores aos ativos circulantes no montante de R\$ 246.254.410, conforme abaixo demonstrado:

	2013
Ativos circulantes	26.730.868
Passivos circulantes	(272.985.278)
Relação de passivos circulantes sobre ativos circulantes	(246.254.410)

Todavia, esses passivos circulantes, representam em sua maioria, pagamentos que não serão realizados em dinheiro, ou seja, sua liquidação ocorrerá substancialmente em “Value in Kind” - VIK ou são decorrentes do critério dos reconhecimentos das receitas, conforme demonstrado a seguir:

(-) Direitos de marketing a pagar por VIK (i)	20.561.365
(-) Abatimentos de valores a receber do COI (ii)	72.681.963
(-) Adiantamento de patrocinadores (iii)	103.466.151
Total de liquidações não financeiras	196.709.479
Outros passivos com liquidação financeira	76.275.799
Total de passivo circulante	272.985.278

- (i) Valores de direitos de marketing a pagar, que serão repassados ao COB por meio de VIK.
- (ii) O pagamento de empréstimos, conforme Nota explicativa nº 7, será abatido do montante a receber da 2ª parcela de adiantamentos de Broadcast, com previsão para pagamento em 2014, conforme definido em contrato entre as partes.
- (iii) Esse montante é decorrente da diferença entre o fluxo financeiro/VIK dos patrocinadores e o reconhecimento contábil da receita. Quando o montante apropriado da receita de forma linear é inferior às parcelas já recebidas dos patrocinadores, esses recursos são registrados contabilmente como adiantamento de patrocinadores.

Considerando em conjunto com o cenário acima, a curtíssimo prazo, a Entidade tem expectativa de recebimento do montante aproximado de R\$ 443.668.037 (líquido do montante de R\$ 72.681.963 a pagar ao COI) a título de patrocínios, licenciamentos e adiantamento de direito de transmissão dos Jogos Olímpicos (Broadcasting Rights). Como consequência, a Entidade não terá dificuldades de liquidação de seus passivos circulantes em períodos subsequentes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Reclassificações

Na apresentação das demonstrações contábeis comparativas de 31 de dezembro de 2012 foi efetuada a reclassificação da atualização monetária incidente sobre as receitas das atividades operacionais e do direito de marketing do resultado financeiro para as respectivas rubricas operacionais, considerando que a referida atualização monetária é parte integrante das operações da Entidade. Esta reclassificação segue na tabela a seguir:

	Saldos originalmente apresentado em 31/12/2012	Reclassificação da atualização monetária	Saldos ajustados em 31/12/2012
Receita de atividades operacionais	194.799.066	6.559.700	201.358.766
Direitos de marketing	(34.480.050)	(1.196.210)	(35.676.260)
Resultado financeiro	(16.869.405)	(5.363.490)	(22.232.895)

2.2. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras (bônus de retenção)

A aplicação financeira apresentada no ativo não circulante contempla o valor investido para fins para pagamento, ao final dos Jogos Olímpicos, do bônus de retenção destinado aos funcionários que permanecerem na Entidade até o momento de sua dissolução, avaliada a valor justo no resultado.

c) Contas a receber

As contas a receber de patrocínio, incluindo aquelas cuja contraprestação recebida pela Entidade vem na forma de prestação de serviços ou venda de produtos pela contraparte (mais conhecida como “Value in Kind” - VIK), são reconhecidas de acordo com a política de reconhecimento de receita descrita no item k, a seguir.

d) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, com base no período operacional da Entidade (até 31 de dezembro de 2016). O saldo do

imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção.

e) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base no período operacional da Entidade, até 31 de dezembro de 2016.

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados externos da Entidade.

g) Provisão para dissolução trabalhista e bônus de retenção

A provisão para dissolução trabalhista é reconhecida pelo montante estimado pela Administração da Entidade para pagamento de valores rescisórios aos seus funcionários, quando da dissolução da mesma.

A provisão para bônus de retenção destina-se a conceder bônus aos funcionários que permanecerem na Entidade até o momento de sua dissolução e é calculada e reconhecida de acordo com o tempo de vínculo empregatício de cada funcionário.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de prováveis desembolsos futuros, observadas suas naturezas.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos, fornecedores, direitos de marketing a pagar e contas a pagar.

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros básicos, os quais são mensurados pelo método de custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos.

i) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação e os saldos dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração dos resultados.

j) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Reconhecimento da receita

A receita decorrente da cessão de direitos de uso da marca e de comissão sobre venda de produtos licenciados, observando o momento em que a Entidade transfere ao patrocinador os benefícios inerentes a cada contrato, é reconhecida de forma linear e desde que possa ser estimada de maneira confiável. A contraprestação desses contratos é realizada na forma de prestação de serviços “Value in Kind” - VIK ou mediante recursos financeiros.

Os montantes da receita, incluindo a atualização monetária, líquidos das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de patrocinadores, caso a apropriação da receita seja inferior a parcela já recebida, seja como recursos financeiros ou “Value in Kind” - VIK. O reconhecimento da despesa relacionada aos serviços prestados pelos patrocinadores de VIK ou outros são apropriados pelo regime de competência através da prestação do serviço.

A receita de licenciamento é registrada considerando o mínimo garantido nos contratos ou o valor efetivamente recebido, dos dois o maior.

Atualmente, está sendo disponibilizado o direito de utilização da marca paralímpica para alguns patrocinadores em que o valor justo da operação

e os seus respectivos contratos ainda estão em discussão entre as partes. Devido à ausência de confiabilidade na mensuração dos valores justos envolvidos e a não assinatura do contrato formalizando os direitos comerciais de uso da marca, a Entidade não registrou as receitas provenientes da utilização da marca para essas operações, em consonância com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 30 para reconhecimento de receitas.

l) Obrigações tributárias

Por se tratar de instituição sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento do Imposto sobre a Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nos termos do Artigo 15 e seguintes da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Conforme a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, Artigo 14, a Entidade goza de isenção da COFINS relativamente às receitas provenientes das atividades próprias, estando excluídas deste benefício as receitas decorrentes de outras atividades estranhas à finalidade da Entidade, ainda que estas receitas sejam utilizadas na manutenção de sua atividade-fim.

Adicionalmente, com a publicação da Lei Federal 12.780 em 09 de janeiro de 2013 foram garantidas as isenções fiscais de tributos Federais nas importações, no INSS e PIS partronal, nas compras locais de produtos e serviços para todas operações envolvendo os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Em relação ao processo de isenção fiscal de competências Estadual e Municipal destacam-se a publicação do Convênio ICMS 133 em 05 de dezembro de 2008, permitindo que todos Estados concedam isenção de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), e a Lei Municipal 5.230 de 25 de novembro de 2010, do município do Rio de Janeiro, concedendo isenções fiscais de ISS (imposto sobre serviços) aos serviços prestados para Família Olímpica e Paralímpica.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados, quando aplicável, pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes as dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de “receita” ou “despesas financeiras”, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram identificados ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

n) Perda por redução ao valor recuperável de ativos

A Entidade analisa anualmente os ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Entidade não identificou evidências de redução ao valor recuperável dos seus ativos, especialmente as operações na modalidade “Value in Kind” - VIK, imobilizado e intangível.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de Administração da Entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

b) Provisão para dissolução trabalhista

A provisão para dissolução trabalhista é constituída sobre o montante estimado de encargos rescisórios adicionais de que a Entidade deverá dispender para fins de desligamento do quadro atual de funcionários quando da dissolução da Entidade. Esta provisão é revista uma vez por ano.

c) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

A Entidade revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou a amortização dos bens do imobilizado e intangível, no final de cada período de relatório. A vida útil estimada é comparada com prazo de duração da Entidade, sendo utilizado o menor prazo.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários	133.767	239.133
Equivalentes de caixa avaliados ao valor justo por meio de resultado		
Aplicação em CDB (i)	10.386.269	-
Total caixa e equivalentes de caixa	10.520.036	239.133

b) Aplicações financeiras

	31/12/2013	31/12/2012
Aplicação em DI (ii)	6.357.970	-

- (i) aplicação financeira em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerada pela taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (101% em 31 de dezembro de 2012), sendo a aplicação de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.
- (ii) aplicação financeira em DI remunerada pela taxa de 104,78% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Essa aplicação foi constituída para fazer face ao Bônus de retenção (vide Nota explicativa nº 12).

4. Contas a receber

O saldo das contas a receber da Entidade em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é composto exclusivamente por valores a receber de seus patrocinadores em dinheiro e na modalidade "Value in Kind" - VIK, sendo o montante, quando aplicável, atualizado monetariamente pelo IPCA e IGPM, nas condições estabelecidas em contrato firmado com o respectivo patrocinador.

Segue composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Patrocínio internacional	142.455.480	-
Patrocínio nacional	148.666.940	81.233.376
Licenciamento internacional	723.181	-
Licenciamento nacional	47.473	-
Total de contas a receber	291.893.074	81.233.376
Circulante	13.921.268	11.779.795
Não circulante	277.971.806	69.453.581
Total de contas a receber	291.893.074	81.233.376

A parcela registrada em ativo circulante contempla todas as contas a receber com prazo de liquidação identificável em até 12 meses, sendo os demais contas a receber registrados no ativo não circulante.

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, a Administração da Entidade efetuou análises dos valores a receber e julgou não ser necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos, bem como também não realizou baixa de valores a receber contra o resultado do exercício.

5. Imobilizado

- a) Os detalhes do ativo imobilizado da Entidade estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Máquinas e equipamentos	540.919	191.154
Equipamentos de informática	3.304.704	154.154
Móveis e utensílios	107.216	101.834
Instalações	4.314.352	4.650
Telefonia	1.050	1.455
Aparelhos de gravação	2.213	3.319
Construções em andamento (i)	717.487	3.697.789
Total	8.987.941	4.154.355

- (i) Referem-se a gastos com a ampliação da nova sede da Entidade, a ser concluída até o final de 2014.

b) Movimentações no ativo imobilizado

Custo	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Telefonia	Aparelhos de gravação	Construções em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2011	183.064	119.501	6.200	163.394	-	-	-	472.159
Adições	39.915	3.223	-	54.678	1.680	3.688	3.705.619	3.808.803
Baixas	-	-	-	(7.830)	-	-	-	(7.830)
Em 31 de dezembro de 2012	222.979	122.724	6.200	210.242	1.680	3.688	3.705.619	4.273.132
Adições	532.761	109.569	1.451.751	3.287.208	-	-	921.851	6.303.140
Baixas	(26.410)	(109.141)	-	(4.000)	-	-	-	(139.551)
Transferências (*)	-	-	3.909.983	-	-	-	(3.909.983)	-
Em 31 de dezembro de 2013	729.330	123.152	5.367.934	3.493.450	1.680	3.688	717.487	10.436.721

Depreciação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Telefonia	Aparelhos de gravação	Construções em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2011	(12.154)	(8.744)	(930)	(20.589)	-	-	-	(42.417)
Adições	(19.671)	(12.146)	(620)	(35.499)	(225)	(369)	(7.830)	(76.360)
Em 31 de dezembro de 2012	(31.825)	(20.890)	(1.550)	(56.088)	(225)	(369)	(7.830)	(118.777)
Adições	(157.893)	(18.852)	(1.052.032)	(134.191)	(405)	(1.106)	-	(1.364.479)
Baixas	1.307	23.806	-	1.533	-	-	7.830	34.476
Em 31 de dezembro de 2013	(188.411)	(15.936)	(1.053.582)	(188.746)	(630)	(1.475)	-	(1.448.780)

Líquido

Em 31 de dezembro de 2012	191.154	101.834	4.650	154.154	1.455	3.319	3.697.789	4.154.355
Em 31 de dezembro de 2013	540.919	107.216	4.314.352	3.304.704	1.050	2.213	717.487	8.987.941

(*) Transferências em função da conclusão e início da utilização da fase I da nova sede da Entidade

(**) A Entidade não espera incorrer em gastos adicionais com a desmobilização dos seus bens patrimoniais ao término das suas atividades

6. Intangível

a) Composição dos saldos

	Líquido	
	31/12/2013	31/12/2012
Com vida útil definida		
Direito de uso de software	1.245.871	869.956
Direito de uso de marca - CPI (i)	12.824.734	17.099.646
Total	14.070.605	17.969.602

(i) Refere-se ao valor contratado junto ao CPI para a utilização de marca do mesmo. O valor a pagar referente a este direito encontra-se apresentado na Nota explicativa nº 9.

b) Movimentação dos saldos

Com vida útil definida	Direito de uso de software	Direito de imagem	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	246.635	21.374.557	21.621.192
Adições	706.357	-	706.357
Amortização	(83.036)	(4.274.911)	(4.357.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	869.956	17.099.646	17.969.602
Adições	674.223	-	674.223
Amortização	(298.308)	(4.274.912)	(4.573.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.245.871	12.824.734	14.070.605

A Administração utiliza como prazo de vida útil dos bens do ativo intangível, 31 de dezembro de 2016, em função do encerramento das suas atividades operacionais diretamente ligadas aos Jogos.

7. Empréstimos

Referem-se a empréstimos para capital de giro e conta garantida e estão representados conforme a seguir:

Aquisição	Instituição/entidade	Finalidade	% - Taxa de juros	Moeda	31/12/2013	31/12/2012
12/2012	Bradesco	Linha de crédito	CDI + 3,04% a.a.	Real	-	2.345.896
01/2012	Comitê Olímpico Internacional (i)	Capital de giro	3,25% a.a. + taxa fixa de 0,25% a.a.	Dólares norte-americanos	72.681.963	63.309.590
Total					72.681.963	65.655.486

(i) O empréstimo obtido junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) tem como cronograma o pagamento de todo o seu principal em 2014, sendo que seus juros são pagos anualmente. De acordo com o contrato de empréstimo, há cláusula restritiva quanto à antecipação do saldo remanescente do empréstimo, caso a Entidade não cumpra as liquidações financeiras nas datas preestabelecidas. Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis, a Entidade cumpriu as exigências desta cláusula contratual.

A seguir apresentamos a segregação dos empréstimos entre circulante e não circulante:

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	72.681.963	4.350.486
Não circulante	-	61.305.000
Total	72.681.963	65.655.486

8. Fornecedores

O saldo da conta é composto principalmente por fornecedores de infraestrutura, tecnologia dos Jogos e serviços em geral.

9. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar é composto, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Valores a pagar - COI (i)	-	24.598.842
Valores a pagar - CPI (ii)	16.023.384	19.617.600
Outros contas a pagar	183.298	42.862
Total	16.206.682	44.259.304
Circulante	6.789.550	30.281.764
Não circulante	9.417.132	13.977.540
Total	16.206.682	44.259.304

- (i) Referem-se a pagamentos de serviço de tecnologia dos Jogos e de proteção internacional da marca, pagos pelo COI e cobrados da Entidade em moeda estrangeira. O pagamento deste montante foi realizado no início de 2013.
- (ii) Referem-se à aquisição do direito de uso da marca do CPI, conforme descrito na Nota explicativa nº 6. O montante original é de US\$ 12.000.000 e o montante a pagar de US\$ 6.840.000 (R\$ 16.023.384) em 31 de dezembro de 2013, sendo o pagamento do principal efetuado em 09 parcelas fixas pagas semestralmente até 2016.

10. Direitos de marketing a pagar

Referem-se aos direitos de marketing apurados sobre receitas reconhecidas de patrocínio e licenciamento, conforme estabelecido nos contratos especificados na Nota explicativa nº 1, e atualizados monetariamente de acordo com o estabelecido nos respectivos contratos. O saldo é composto da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Direitos de marketing a pagar - COI (i)	7.429.443	21.026.334
Direitos de marketing a pagar - COB (ii)	56.625.809	11.848.802
Total	64.055.252	32.875.136
Circulante	59.130.420	28.910.557
Não circulante	4.924.832	3.964.579
Total	64.055.252	32.875.136

- (i) Conforme estabelecido no Marketing Program Agreement, o direito de marketing sobre as receitas de patrocínio recebidas em dinheiro pela Entidade deve ser repassado ao COI trimestralmente. O direito de marketing sobre a receita na modalidade “Value in Kind” - VIK será repassada em dinheiro em duas parcelas durante o exercício de 2016.
- (ii) Conforme estabelecido no Joint Marketing Program Agreement, todo direito de marketing sobre as receitas de patrocínio recebidas em dinheiro pela Entidade deve ser repassada ao COB semestralmente. O direito de marketing sobre a receita na modalidade “Value in Kind” - VIK será repassada de acordo com a necessidade de utilização de produto ou serviço pelo COB.

11. Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher

O saldo de impostos, taxas e contribuições sociais a recolher é composto da seguinte forma:

Impostos e taxas	31/12/2013	31/12/2012
IRRF a recolher	3.053.700	1.904.262
PIS/COFINS/CSLL e contribuições a recolher	283.047	93.332
Total	3.336.747	1.997.594

Contribuições sociais	31/12/2013	31/12/2012
INSS a recolher (i)	287.297	1.528.814
PIS s/folha a recolher (i)	-	84.985
FGTS s/folha a recolher	1.568.363	545.749
Total	1.855.660	2.159.548

- (i) Redução em função da imunidade tributária obtida durante o exercício de 2013 (Lei nº 12.780/13).

12. Provisões trabalhistas

	31/12/2013	31/12/2012
Salário a pagar	18.991	41.464
Provisão de férias	7.928.715	5.638.590
Bônus de retenção (i)	6.357.970	-
Provisão para dissolução trabalhista	6.004.474	3.470.174
Outros	23.006	-
Total	20.333.156	9.150.228
Circulante	7.970.336	5.680.054
Não circulante	12.362.820	3.470.174
Total	20.333.156	9.150.228

- (i) Constituído em 2013 por decisão da administração da Entidade, visando a retenção de seus funcionários até a realização dos Jogos Olímpicos (vide Nota explicativa nº 2.2.g).

13. Adiantamento de patrocinadores

	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamento - patrocínio (i)	112.072.740	11.964.047
Adiantamento - licenciamento	47.029	-
Adiantamento - direito de transmissão (ii)	81.200.000	81.200.000
Total	193.319.769	93.164.047
Circulante	103.466.151	11.964.047
Não circulante	89.853.618	81.200.000
Total	193.319.769	93.164.047

- (i) Refere-se à parcela recebida dos patrocinadores em dinheiro, cujo reconhecimento da receita ocorrerá nos períodos subsequentes, conforme descrito no item k da Nota explicativa nº 2.2.
- (ii) Refere-se a adiantamento concedido pelo COI à Entidade a título de direitos que a mesma tem sobre a transmissão dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (“Broadcasting Rights”). O reconhecimento da receita sobre esses direitos ocorrerá no início dos referidos Jogos.

14. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados, basicamente, aplicações financeiras e empréstimos.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Entidade elege as instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado.

Empréstimos

Os empréstimos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 7.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Entidade não possuía nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco financeiro

i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Entidade possuía direitos e obrigações contratadas com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paralímpico Internacional (CPI) em moeda estrangeira, conforme segue:

- **Direitos**

		31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber - patrocínio internacional	Nota explicativa nº 4	142.455.483	-
Contas a receber - licenciamento internacional	Nota explicativa nº 4	723.181	-

- **Obrigações**

		31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos - COI	Nota explicativa nº 7	72.681.963	63.309.590
Direitos de marketing a pagar - COI	Nota explicativa nº 10	7.429.443	21.026.334
Contas a pagar - CPI	Nota explicativa nº 9	16.023.384	19.617.600

A Entidade possui uma política de hedge elaborada e aguardando aprovação do Conselho para implementação do plano baseado no seu orçamento.

ii) Risco de taxa de juros

A Administração da Entidade considera que em 31 de dezembro de 2013, o risco de taxa de juros está mitigado, uma vez que o empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 72.681.963 (conforme a Nota explicativa nº 7) está indexado à taxa de juros de 3,25% a.a. + taxa fixa de 0,25% a.a., abaixo do praticado no mercado nacional.

iii) Risco de liquidez

A Entidade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas dos recebimentos de patrocínio e licenciamentos e, simultaneamente, monitora o fluxo de desembolso. Em eventual desencaixe de caixa devido a dinâmica da operação, existe disponível uma linha de crédito bancária para captação de empréstimos, e, conforme mencionado na Nota explicativa nº 23 - Compromissos Assumidos, o Governo firmou compromisso em prover recursos para que o Rio 2016 cumpra com seus objetivos (documentado no Host City Contract).

A Entidade espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacionais e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

15. Receita e direitos de marketing

a) Composição

As composições de patrocínio e direitos de marketing são as seguintes em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Receitas	31/12/2013			31/12/2012		
	Receita	Direitos de marketing (*)	Líquido	Receita	Direitos de marketing (*)	Líquido
Patrocínio	471.964.846	(80.511.234)	391.453.612	200.422.292	(35.542.051)	164.880.241
Licenciamento	2.998.187	(356.283)	2.641.904	936.474	(134.209)	802.265
Total	474.963.033	(80.867.517)	394.095.516	201.358.766	(35.676.260)	165.682.506

(*) Referem-se aos direitos de marketing do COB e COI.

b) Receitas contratadas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Modalidade	31/12/2013		
	Contratado	Reconhecido	A reconhecer
Patrocínio - dinheiro	1.200.423.764	(460.655.889)	739.767.875
Patrocínio - "Value in Kind" - VIK	1.081.696.732	(314.779.644)	766.917.088
Licenciamento - dinheiro	12.741.335	(3.934.661)	8.806.674
Total	2.294.861.831	(779.370.193)	1.515.491.637

Modalidade	31/12/2012		
	Contratado	Reconhecido	A reconhecer
Patrocínio - dinheiro	699.300.000	(211.201.805)	488.098.195
Patrocínio - "Value in Kind" - VIK	442.400.000	(98.828.581)	343.571.419
Licenciamento - dinheiro	936.474	(936.474)	-
Total	1.142.636.474	(310.966.860)	831.669.614

A seguir apresentamos a abertura do reconhecimento da receita com patrocínios e licenciamentos ainda a reconhecer até 2016:

Modalidade	31 de dezembro			
	2014	2015	2016	Total
Patrocínio -dinheiro	246.589.292	246.589.291	246.589.291	739.767.875
Patrocínio - "Value in Kind" - VIK	255.639.030	255.639.029	255.639.029	766.917.088
Licenciamento - dinheiro	2.935.558	2.935.559	2.935.558	8.806.674
Total	505.163.880	505.163.879	505.163.878	1.515.491.637

16. Despesas com pessoal

A composição das despesas com pessoal em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Salários e ordenados	74.269.529	44.066.751
INSS patronal (i)	40.494	14.062.852
13º salário	6.475.773	3.972.494
Férias (provisão)	9.263.863	5.737.143
Bônus de retenção	6.357.970	-
FGTS	7.219.618	4.436.877
PIS	-	520.197
Vale-refeição	4.013.519	2.310.058
Assistência médica	2.482.799	1.238.603
Outros	3.167.087	521.720
Total	113.290.652	76.866.695

- (i) Redução em função da imunidade tributária obtida pela Entidade durante o exercício de 2013 (Lei nº 12.780/13).

17. Despesas gerais e administrativas

Composição das despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Serviços prestados (i)	69.239.555	58.650.701
Sistemas de informação (ii)	58.242.091	5.975.389
Despesas com viagens e representações	7.330.419	5.882.818
Honorários advocatícios	5.581.024	4.823.596
Aluguéis e condomínios (iii)	18.115.088	2.166.429
Outras despesas administrativas	5.550.911	4.659.145
Total	164.059.088	82.158.078

- (i) Refere-se à contratação pela Entidade de serviços nos mercados nacionais e internacionais, onde os principais são: serviços de consultoria de integração de infraestrutura e banco de dados, serviço de proteção da marca Olímpica, serviços de assessorias em diversas áreas da organização prestados por meio da modalidade “Value in Kind” - VIK e serviço de consultoria em tecnologia dos Jogos.
- (ii) Refere-se à contratação pela Entidade de serviços diretamente ligados a Tecnologia da Informação, onde podemos destacar os serviços de planejamento e desenvolvimento da TI para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, serviço de telecomunicações e serviço de infraestrutura de TI da sede.
- (iii) Refere-se basicamente ao aluguel do espaço (incluindo mobiliário) da sede.

18. Despesas com eventos

Em 2013, referem-se principalmente às despesas referentes aos eventos de viagem da bandeira pelo país (*Flag Tour*), passagem de experiência em Jogos realizados pelo Comitê (*Debriefing*) e sessões de atualização do Comitê com os Governos e com COI e CPI para fins de atualização sobre o progresso da Organização dos Jogos (Coordination Committee - Cocom e Project Review).

Em 2012, referem-se principalmente às despesas referentes aos eventos promovidos pela Entidade com a finalidade da propagação do espírito Olímpico, onde se destacam a realização da criação de espaço em Londres para a promoção do Brasil durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2012 (Casa Brasil), da organização da passagem das bandeiras Olímpica e Paralímpica durante a cerimônia de encerramento dos referidos Jogos (*Flag Handover*) e da realização de sessões de passagem de experiência dos Jogos realizados pelo Comitê (*Debriefing*).

19. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Entidade em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é demonstrada como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	3.605.314	2.407.668
Variação cambial	35.479.396	22.661.918
Outras receitas financeiras	-	8.478
	39.084.710	25.078.064
Despesas financeiras		
Juros e despesas bancárias	(2.606.664)	(4.871.062)
Variação cambial passiva	(35.541.245)	(41.616.244)
Impostos s/aplicação e empréstimos	(760.514)	(673.434)
Outras despesas financeiras	(11.493)	(150.219)
	(38.919.916)	(47.310.959)
Resultado financeiro líquido	164.794	(22.232.895)

20. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Entidade não remunera os seus conselheiros e os integrantes da sua diretoria estatutária. Somente os integrantes da diretoria executiva são remunerados. Essa remuneração está abrangida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Até 31 de dezembro de 2013, a Entidade pagou a essa diretoria, a título de salários, o montante de R\$ 5.062.014 (R\$ 3.136.004 em 2012).

21. Cobertura de seguros (informação não auditada)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2013, é assim demonstrada:

	Valor segurado	Prêmio de seguro
Categorias		
Risco operacional das instalações	65.000.000	12.710
Responsabilidade civil	2.000.000	4.650

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações

de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adotam como prática provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas com risco provável de perda nas datas-bases de 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, a Entidade possui uma ação trabalhista classificada como perda possível pelos seus assessores jurídicos no montante estimado de R\$ 1.140.

23. Compromissos assumidos

A Entidade possui diversos compromissos firmados com diferentes órgãos relacionados à organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, regidos pelos seguintes principais contratos:

- a) Acordo da Cidade-Sede (Host City Contract), documento assinado pela Cidade do Rio de Janeiro quando de sua eleição como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Esse acordo especifica em detalhes os direitos e as obrigações de todas as partes envolvidas na organização dos dois eventos, estabelecendo as bases para a parceria que fundamenta o trabalho do Comitê Organizador da Entidade com o Comitê Olímpico Internacional, o Comitê Paralímpico Internacional e seus parceiros;
- b) Marketing Programme Agreement e o Joint Marketing Programme Agreement, documento em que ambos estabelecem as diferentes fontes de receita provenientes do evento e a participação dos Comitês Olímpicos e Paralímpicos nacionais e internacionais a título de comissão por utilização de suas respectivas marcas.

A Entidade firmou contratos de longo prazo até 31 de dezembro de 2016 (término das suas atividades operacionais). Os desembolsos estimados e relevantes referentes a esses contratos podem ser resumidos como segue:

	2014	2015	2016	Total
Cerimônias dos Jogos (i)	7.710.268	11.641.071	10.730.803	30.082.142
Aluguel sede (ii)	14.730.215	14.730.215	14.730.215	44.190.645
Total	22.440.483	26.371.286	25.461.018	74.272.787

- (i) Contempla cláusula de atualização monetária com base na variação do IPCA.
- (ii) Contempla cláusula de atualização monetária com base na variação do IGPM, bem como haverá acréscimo em função do m² a ser ocupado.

A Entidade também possui contrato de longo prazo destinado a integração da infraestrutura com parceiros públicos e privados, cujo o desembolso para os exercícios de 2014 a 2016 está estimado em R\$ 127.812.613. O cronograma de desembolsos neste período se encontra em discussão.

Adicionalmente, conforme informado na Nota explicativa nº 15b, a Entidade possui contratado e ainda não utilizado o montante de R\$ 766.917.088 de patrocínio VIK a serem reconhecidos até 31 de dezembro de 2016.

Para poder cumprir com os seus compromissos, a Entidade contrata, além dos seus patrocinadores locais, com patrocinadores internacionais (Top Sponsors), patrocinadores com vínculo contratual direto com o Comitê Olímpico Internacional e que provém recursos às cidades-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Cabe ressaltar que é de interesse nacional a entrega dos Jogos Olímpicos, bem como sua visibilidade positiva perante o cenário mundial. Como consequência, o Governo firmou compromisso em prover recursos para que o Rio 2016 cumpra com os seus objetivos (documentado no Host City Contract).

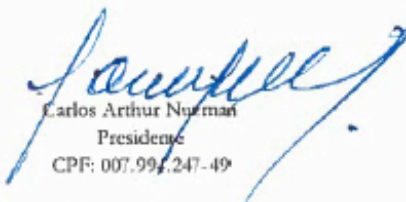
24. Eventos subsequentes

Em 23 de janeiro de 2014, a Entidade divulgou ao público a primeira revisão do orçamento dos Jogos após a candidatura, onde ressaltou um orçamento equilibrado apenas com recursos privados.


A variação em relação ao orçamento original deve-se a:

- impacto de correção pelo IPCA no período
- inclusão de quatro novos esportes (golfe, rúgbi, paracanoagem e paratriatlo)
- novas tecnologias
- segurança nos Jogos
- crescimento médio salarial acima da inflação
- gastos com usufruto e retrofit da Vila Olímpica

* * *



Carlos Arthur Nuzman
Presidente
CPF: 007.994.247-49



Sidney Levi
Diretor-Geral
CPF: 441.607.557-04




Rodrigo Tostes Solon de Pontes
Diretor Executivo Financeiro
CPF: 070.634.807-90



Marcos Berkani
Diretor de Finanças
CPF: 822.632.487-49



Leonardo Mathias de Assunção
Gerente de Controladoria
CPF: 072.486.297-82



João Mauricio Gumiero
Contador
CRC 1SP 165264/O-S-RJ

4.2014

A reprodução, sob qualquer forma, deste documento é terminantemente proibida, salvo mediante a prévia e expressa (por escrito) autorização do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Eventuais autorizações para reprodução deverão ser solicitadas, por via eletrônica, para o endereço protecaoasmarcas@rio2016.com

Comitê Organizador dos
Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

rio2016.com